



## SEPARATIO E SUBIECTUM DA METAFÍSICA EM TOMÁS DE AQUINO (IN DE TRINITATE q. V, a. 3)

Prof. Luis Carlos Silva de Sousa\*

**Resumo:** O texto examina a conexão entre a concepção de sujeito da Metafísica e a noção de *separatio*, presente no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, escrito por Tomás de Aquino. De modo particular, confronta-se com a leitura de John Wippel sobre um famoso artigo de L. -B. Geiger acerca deste Comentário.

**Palavras-chave:** Metafísica; *separatio*; afirmação; juízo; *esse*.

**Abstract:** The text examines the junction between the subject conception on Metaphysics and the “separation” notion, present in the “Comment to treatise about Trinity of Boetius”, written by Thomas Aquinas”. In particular way, it compares with John Wippel’s reading about a L-B. Geiger’s famous article about this Comment.

**Keywords:** Metaphysics; “separation”; affirmation; indgement; “esse”.

### Introdução

O objetivo deste texto consiste em examinar a conexão entre a concepção de sujeito da Metafísica e a noção de *separatio*, presente no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, escrito por Tomás de Aquino [*Sobre o Tratado da Trindade*]<sup>1</sup>.

Qual o sujeito da Metafísica para Tomás de Aquino? A noção de *separatio* desempenha algum papel na descoberta deste sujeito?

Das inúmeras interpretações de *Sobre o Tratado da Trindade*, destacaremos o viés proposto pela leitura feita por John Wippel, particularmente acerca do famoso artigo de L. B. Geiger sobre a q. V, a. 3.

A questão sobre o sujeito da Metafísica em Tomás de Aquino tem recebido uma atenção considerável nos últimos anos. Ela tem mobilizado

---

<sup>1</sup> TOMÁS DE AQUINO, *Expositio super librum Boethii De Trinitate*, Ad fidem codicis autographi nec non ceterorum codicum manu scriptorum recensuit Bruno Decker. 2. éd. Leiden: E. J. Brill, 1959.

muitos intérpretes, em geral tendo como texto básico o *Sobre o Tratado da Trindade*.

A referência a esse texto se deve, em larga medida, ao artigo de L. B. Geiger, de 1947<sup>2</sup>, que vincula o papel da segunda operação do intelecto à questão do sujeito da metafísica. É através de um *juízo negativo* que descobriremos o esse do ente<sup>3</sup>.

O tópico sobre a abstração, onde se situa a problemática da segunda operação mencionada por Geiger, era já discutido entre os discípulos de Tomás de Aquino, inclusive com o uso do termo “grau”, que não está presente em Tomás, para indicar um sentido inadequado de quantidade, envolvendo aquilo que ocorre sob o termo *separatio*. Deste modo, autores tão diversos na interpretação da obra de Tomás como J. Maréchal<sup>4</sup> e J. Maritain<sup>5</sup> não deixam de pôr, sob a mesma etiqueta, “graus de abstração” quando se referem a operações, na verdade, distintas, que se encontram no *Sobre o Tratado da Trindade*.

No que segue, porém, não estamos interessados nos *modi abstractionis* em geral, mas apenas no que diz respeito à segunda operação (*separatio*), distinta da simples apreensão.

Convém observar que este caráter privilegiado da *separatio* sobre a simples apreensão nem sempre foi aceito por tomistas eminentes, ainda que no interior de uma mesma tradição interpretativa<sup>6</sup>. Opondo-se à

---

<sup>2</sup> L. B. GEIGER, *Abstraction et séparation d'après s. Thomas In de Trinitate*, q. 5, a. 3. *Revue des sciences philosophiques et théologiques* 31 (1947), p. 3-40.

<sup>3</sup> J. WIPPEL, *Metaphysical Themes in Thomas Aquinas*. Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 1984. Ver também J. WIPPEL *The Metaphysical Thought of Thomas Aquinas: From Finite Being to Uncreated Being*, Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2000.

<sup>4</sup> J. MARÉCHAL, *Le Point de Départ de la Métaphysique. Le Tomisme devant la Philosophie Critique*. 2 ed. Paris: Desclée, 1949, Cahier V, p. 260.

<sup>5</sup> J. MARITAIN, *Distinguer pour Unir: Les Degrés du Savoir*, 5 éd., Paris: Desclée, 1946, p. 71.

<sup>6</sup> Para uma contribuição à “história dos tomismos” ver G. PROUVOST, *Thomas d'Aquin et les thomismes*, Paris: Éditions du Cerf, 1996. Prouvost examina os diversos modelos de “tomismo” à luz das noções de “fusão de horizontes” (Gadamer) e “conflito das interpretações” (Ricoeur), propugnadas pela hermenêutica filosófica. De resto uma excelente obra, sobretudo acerca de É. Gilson e J. Maritain, é necessário observar, porém, que Prouvost parece desconhecer o “tomismo transcendental”, pois situa Karl Rahner na linha de Kant, enquanto Lotz é situado entre aqueles que foram influenciados por Heidegger (p. 12). Ora, Rahner e Lotz foram ambos influenciados por Heidegger, embora também, é claro, tenham sido influenciados por Kant. Para releitura da metafísica de Tomás de Aquino, e que inaugurou essa postura conhecida por tomismo transcendental ver, sobretudo, a obra de juventude de K. RAHNER, *Geist in Welt: Zur Metaphysik der Endlichen Erkenntnis bei Thomas von Aquin*. München: Verlag, 3. Auflage, 1964. Para um

relevância da *separatio*, a partir do destaque expresso pelo artigo de Geiger, encontram-se intérpretes importantes como C.Fabro<sup>7</sup> e J. Aertsen<sup>8</sup>. Constitui, portanto, um problema cuja relevância repercute sobre a própria maneira de se conceber, ainda hoje, a Metafísica para Tomás de Aquino<sup>9</sup>.

O texto a seguir está dividido em três partes. (1) Acompanhamos Wippel em sua análise do Comentário de Aquino, explicitando a importância do juízo negativo na determinação do sujeito da Metafísica; (2) além disso, confrontamos a passagem examinada em *In De Trinitate* e o prólogo do Comentário à Metafísica de Aristóteles, a partir (a) da análise de Aertsen a este Comentário e (b) de sua crítica ao artigo de Geiger. A comparação entre as posições de Wippel e a de Aertsen limita-se ao confronto com o artigo de Geiger. (3) Finalmente, analisamos uma possível dificuldade encontrada na perspectiva de Wippel: ao determinar o sujeito da Metafísica como sendo o *ente enquanto ente*, isto estaria sumariamente excluindo a *afirmação do ser* como ato ou perfeição?

## 1. Juízo e *separatio*

O Comentário de Tomás de Aquino ao *De Trinitate* de Boécio é uma grande fonte de informações sobre a divisão e modo de proceder

---

desdobramento sistemático dessa releitura de Rahner ver, igualmente, E. CORETH, *Metaphysik: Eine methodisch-systematische Grundlegung*. 2. Auflage, München: Verlag, 1964.

<sup>7</sup> Fabro critica em Geiger a correspondência direta, efetuada por este, entre simples apreensão-essência e, por outro lado, juízo-esse. Esse tipo de correspondência situa-se ainda “nella metafisica aristotelica della forma.”. Ver C. FABRO, *Partecipazione e Causalità secondo S. Tommaso d’Aquino*. Torino: Editrice, 1960, p. 52: “Forse anche nel caso del P. Geiger, la chiave della deviazione è il fatto di essersi fermato, come gli autori precedenti [Fabro se refere aqui a F. M. Sladeczek e a K. Rahner], allo schema della *corrispondenza diretta* fra le due operazioni fondamentali della mente, la semplice apreensão e il giudizio, e i due princípe del reale che sono l’essenza e l’esse. Non voglio insistere sul fatto che i testi nei quali l’Angelico presenta questa corrispondenza sono del periodo giovanile (...)”.

<sup>8</sup> Adiante trataremos da crítica de Aertsen ao artigo de Geiger, sempre em consonância à análise de Wippel. Se privilegamos a crítica de Aertsen e não a de Fabro, é porque, como veremos, J. Wippel reporta-se àquela e não a esta. Sobre a crítica de Aertsen à “tese separatista” de Geiger, ver J. A. AERTSEN, *Medieval Philosophy and the Transcendentals: The Case of Thomas Aquinas*. Leiden: E. J. Brill, 1996, p. 129.

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, algumas observações críticas que envolvem a concepção do sujeito da metafísica segundo Tomás de Aquino em L. B. PUNTEL, *A Totalidade do Ser, o Absoluto e o tema “Deus”*: um capítulo de uma nova metafísica. In: Guido Imaguire, Custódio Luís S. de Almeida, Manfredo Araújo de Oliveira (Orgs.). *Metafísica Contemporânea*, Petrópolis (RJ): Vozes, 2007, p. 191. Ver também, em M. A. de OLIVEIRA, *A Releitura Tomásica da Metafísica Grega*. In: *Diálogos entre Razão e Fé*. São Paulo: Paulinas, 2000, p. 75-104.

das ciências teóricas, sobretudo as questões V e VI<sup>10</sup>. Sua origem pode ser datada no período do primeiro ensino parisiense (1252-1259) e também na segunda parte deste (1255-1259). Na questão V, a. 1, as ciências especulativas são divididas em três partes: Filosofia Natural, Matemática e Ciência Divina. O critério para essa divisão se baseia na dependência ou não do objeto da ciência teórica, enquanto *speculabile*, em relação à matéria e ao movimento<sup>11</sup>.

Com esse critério nas mãos, Tomás de Aquino examina e diferencia as ciências teóricas de acordo com o modo de ser, tratado nas respectivas ciências, segundo seus objetos (*speculabilia*). Assim, alguns objetos dependem da matéria e somente existem na matéria. Aqui, convém observar, Tomás destaca uma subdivisão. Alguns objetos dependem da matéria não somente quanto ao seu ser, mas também no que se refere à sua compreensão, isto é, objetos de conhecimento teórico cuja definição inclui matéria sensível: são estudados pela *física ou ciência natural*. Há outros objetos das ciências teóricas que dependem da matéria *secundum esse*, mas não dependem da matéria sensível na ordem da compreensão, como, por exemplo, os números, as linhas etc., estudados pelas *matemáticas*<sup>12</sup>

Há, porém, objetos do conhecimento teórico que não dependem da matéria e do movimento, isto é, não dependem da matéria segundo seu ser (*esse*). Também aqui se dá uma subdivisão: aqueles que não se baseiam na matéria (Deus e os anjos) e outros que se baseiam na matéria em certos casos, embora em outros não (substância, qualidade, ente, potência, ato, uno e múltiplo e coisas deste tipo)<sup>13</sup>. A essa ciência, que

---

<sup>10</sup> Para uma visão histórica sobre essas questões ver L. ELDERS, *Faith and Science: An introduction to St. Thomas Expositio in Boethii De Trinitate*. Roma: Herder, 1974. Ver também C. A. R. NASCIMENTO, Introdução à leitura do Comentário de Tomás de Aquino ao Tratado da Trindade de Boécio, questões 5 e 6: divisão e modo de proceder das ciências teóricas. In: TOMÁS DE AQUINO, *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio – Questões 5 e 6*. Tradução e Introdução de Carlos Arthur R. do Nascimento. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 28.

<sup>11</sup> As citações em latim são extraídas da edição de Bruno Decker, utilizada por Wippel em J. WIPPEL, *Metaphysical Themes in Thomas Aquinas*. Washington D.C: The Catholic University of America Press, 1984.

Ver Decker ed., p. 165 “Sic ergo speculabili, quod est obiectum scientiae speculativae, per se competit separatio a materia et motu vel applicatio ad ea. Et ideo secundum ordinem remotionis a materia et motu scientiae speculativae distinguuntur” (II. 12-15).

<sup>12</sup> Decker ed., p. 165: 21-24.

<sup>13</sup> Decker, p. 165: 24-28: “Quaedam vero speculabilia sunt, quae non dependunt a materia secundum esse, quia sine materia esse possunt, sive numquam sint in materia, sicut deus et

trata de todas essas coisas, Aquino chama de “*metafísica*” “*filosofia primeira*”, “*teologia*” ou “*ciência divina*”. Três nomes para uma mesma ciência: a ciência cujo sujeito é o ente enquanto ente, isto é, o ente em geral<sup>14</sup>. Mas, com isso, devemos examinar um importante problema.

Para J. Wippel se, de acordo com Aquino, o sujeito da metafísica é o *ens inquantum ens* é preciso considerar o seguinte. Há dois tipos de *speculabilia* que não dependem da matéria para ser. Deus e os anjos são do primeiro tipo ou classe de seres; substância e ente são incluídos no segundo tipo. Podemos, então, pressupor a existência destas coisas que não dependem da matéria na ordem do ser? Como podemos conhecer seres imateriais sem pressupor sua existência? Portanto, já conhecemos que os seres imateriais (Deus ou os anjos) existem para, então, descobrirmos o ente enquanto tal?<sup>15</sup>. Esta é uma questão ainda a ser esclarecida: ela toca num problema crucial, para Wippel, sobre aquilo que é pressuposto na *seperatio*, e a que retornaremos adiante.

Antes de passarmos diretamente à questão V, a. 3, convém observar ainda a resposta de Aquino à sexta objeção da q. V, a. 1, sobre a Física e a Matemática como partes da Ciência Divina, entendida aqui como Metafísica. Objeta-se que a Ciência Divina parece formar um todo com relação à Física e à Matemática, já que os sujeitos destas são partes do sujeito daquela. A substância móvel e a quantidade, sujeitos do estudioso da natureza e do matemático, respectivamente, são partes do ente. Ora, a Ciência Divina (Filosofia Primeira) tem como sujeito o ente. Portanto, a Ciência Divina não pode ser contraposta à Física e à Matemática.

A resposta de Aquino é importante para a questão levantada por Wippel, acerca da pressuposição ou não de seres imateriais (Deus e/ou anjos) na ordem da investigação do ente enquanto ente. Tomás afirma, com efeito, que embora se diga que os sujeitos das outras ciências sejam partes do ente (sujeito da Metafísica), não é necessário que as outras ciências sejam partes da Metafísica. A Física e a Matemática tratam de

---

angelus, sive in quibusdam sint in materia et quibusdam non, ut substantia, qualitas, ens, potentia, actus, unum et multa et huiusmodi.”

<sup>14</sup> Decker, 171: 16-26.

<sup>15</sup> J. WIPPEL, o. c., p. 72-73: “In other words, will knowledge of the second type of “immaterial,” the “neutrally,” if one may so phrase it, be sufficient to begin metaphysics? Will knowledge of this kind of immaterial even be possible without presupposing the reality of the immaterial in the first or stronger and positive sense? In short, must one already know that positively immaterial being (God or angelic being) exists in order to discover being as such or being as being?”

partes do ente segundo um modo particular de consideração, que é distinto do modo considerado pela metafísica.

Neste aspecto, não se pode rigorosamente dizer que os sujeitos dessas ciências sejam partes do sujeito da Metafísica, embora se possa dizer que o ente tratado por essas ciências tenha o mesmo modo de ser que é considerado pela Metafísica. Noutras palavras, a Metafísica pode ser considerada uma ciência particular, embora seu sujeito seja a totalidade dos entes, o ente enquanto ente<sup>16</sup>. Assim, não parece ser, por uma *abstração* dos entes segundo seu *grau* de remoção da matéria e do movimento, até chegarmos a uma abstração total, o que seria descoberto como sujeito da metafísica, já que o modo pelo qual a metafísica trata o ente é distinto do modo de abstração das demais ciências. Mas, até o momento, nada nos autoriza ainda a chegarmos a esta conclusão. Passemos, então, à análise da q. V, a. 3 do *Sobre o Tratado da Trindade*.

Nesse artigo Tomás irá introduzir algumas importantes precisões, em relação ao que já foi dito na q. V, a. 1, acerca da abstração. A atenção de Tomás se volta para o processo intelectual envolvido na distinção dos sujeitos em cada ciência teórica<sup>17</sup>.

Sabe-se que o termo “abstração” não aparece no artigo 1º, salvo uso do adjetivo “abstraídas” no ad 10m, ao se referir às “coisas matemáticas”. Podemos chamar de “aspecto subjetivo” um certo modo de compreender a abstração: o aspecto que se refere à *inteligência* humana. O artigo 1º tratou - sem nomear- da abstração referente às *próprias coisas*. No artigo 3º, o tema da abstração é explicitamente considerado<sup>18</sup>.

A questão tratada no artigo 3º é a seguinte: *parece que a consideração matemática não trata, sem movimento e matéria, do que tem ser na matéria*. Entretanto, Tomás de Aquino ocupa-se aqui, na verdade, bem mais em

---

<sup>16</sup> Decker, p. 171: 27-30.

<sup>17</sup> J. WIPPEL, o.c., p. 73-74: “Must one presuppose the existence of immaterial being in the positive sense (God and/or angels) in order to study being as being rather than merely as changing or as quantified? Before Attempting to discern Thomas’s answer to this question, I shall first turn to q. 5, a. 3 of this same Commentary on Boethius’s *De Trinitate*. In this article Thomas raises the question: Does mathematics treat, without matter and motion, of what exists in matter? He already has suggested in q. 5, a. 1 that mathematics does treat of such things. But in preparing to develop this position here he introduces some important precisions with respect to the intellectual processes involved in arriving at the distinctive subjects of each of the theoretical sciences. It is within this same general context that he presents key texts touching on *separatio*.”

<sup>18</sup> L. B. GEIGER, o.c., p. 14.

estabelecer “quais operações do intelecto humano, em consonância com as condições das próprias coisas (apontadas no artigo 1º) concorrem para a constituição dos gêneros sujeitos das três ciências especulativas”<sup>19</sup>.

O *locus* clássico dessa discussão encontra-se, de forma bastante clara, na resposta à questão desse artigo:

Encontra-se, portanto, uma tríplice distinção na operação do intelecto: uma, de acordo com a operação do intelecto que compõe e divide, que é chamada propriamente de separação; esta compete à ciência divina ou metafísica; outra, de acordo com a operação pela qual são formadas as *quidditates* das coisas, que é a abstração da forma da matéria sensível; esta compete à matemática; a terceira, de acordo com esta mesma operação, [que é a abstração] do universal do particular; esta compete à física e é comum a todas as ciências, porque em toda ciência deixa-se de lado o que é acidental e toma-se o que é por si. Alguns, como os pitagóricos e os platônicos, por não terem entendido a diferença das duas últimas em relação à primeira, caíram no erro, sustentando [entidades] matemáticas e universais separados dos sensíveis<sup>20</sup>

Para Wippel, esse juízo negativo cumpre um papel decisivo na descoberta do sujeito da Metafísica. A noção de ente é complexa, envolvendo duplamente o aspecto *quiddidativo* (*id quod*) e o aspecto de atualidade do ser (*esse*).

Através da primeira operação (abstrativa, propriamente), a simples apreensão, o ente é apreendido enquanto *quiddidade*, isto é, enquanto essência; através da segunda operação – *separatio*- o ente é afirmado ou negado enquanto atualidade das coisas. O *ente* é, portanto, *algo que tem ser* - “ser” entendido como atualidade. O juízo de existência efetua a partir do concreto, material e mutável, apreensível pelos sentidos.

A efetuação de um juízo de existência supõe, portanto, uma operação específica do intelecto. Com efeito, uma das funções da operação judicativa é a de síntese, recompondo a unidade da coisa

---

<sup>19</sup> C. A. R. NASCIMENTO, o.c., p. 28.

<sup>20</sup> Decker ed., p. 186:13-21. “Sic ergo in operatione intellectus triplex distinctio invenitur. Una secundum operationem intellectus componentis et dividitatis, quae separatio dicitur proprie; et haec competit scientiae divinae sive metaphysicae. Alia secundum operationem, qua formantur quidditates rerum, quae est abstractio formae a materia sensibili; et haec competit mathematicae. Tertia secundum eandem operationem [quae est abstractio] universalis a particulari; et haec competit etiam physicae et est communis omnibus scientiis, quia in scientia praetermittitur quod per accidens est et accipitur quod per se est.” Trad. feita de acordo com TOMÁS DE AQUINO, o. c., p. 123.

distinguida na primeira operação. Nos juízos existenciais, o sujeito-conceito é particularizado através de sua conexão à imagem sensível, cujo predicado é o verbo ser enquanto cópula no juízo.

Desse modo, em cada juízo existencial é dito que algo é ou não é, ou seja, é ou não atual, e com isso chegamos diretamente ao *esse* das coisas<sup>21</sup>. De fato, um juízo pode ou não corresponder a algo real (no sentido de “atual”), e, em conseqüência, ser verdadeiro ou falso, através da operação de composição e divisão. (Neste contexto, não estamos examinando a possibilidade de haver composição e divisão e não haver juízo, ou inversamente.)

Sobre a questão do objeto próprio desse conhecimento intelectual, de origem sensível, alguns comentários devem ser acrescentados. Parece claro, na linha já esboçada de intérpretes como J. Wippel, que o objeto próprio do conhecimento intelectual humano, segundo Tomás de Aquino, é o ente, isto é, a “quididade ou natureza existente na matéria corporal; e por este tipo de natureza das coisas visíveis, ascende também a algum conhecimento das coisas invisíveis” (I<sup>a</sup>, q. 84, a. 7; I<sup>a</sup>, q. 85, a.1).

Até mesmo um primeiro enunciado, o princípio de não-contradição, supõe o primeiro conceito - o de ente- como condição de possibilidade de todos os enunciados: sem a noção de ente, não apenas os demais conceitos seriam impossíveis mas também todos os outros enunciados<sup>22</sup>. Mas se nosso intelecto humano conhece, em primeiro lugar, a natureza das coisas visíveis (materiais), não se seguiria daí uma prioridade temporal da abstração da quididade dos objetos sobre a segunda operação.

Se a interpretação de Wippel estiver correta, essas operações podem ser tomadas como simultâneas, podendo ser distinguidas, porém, de acordo com as ordens de causalidade formal ou material<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> H. Vaz formula o papel da *separatio* para a questão da metafísica do *esse* em Tomás de Aquino em diversos contextos. Ver, por exemplo, em H. L. VAZ, *Escritos de Filosofia VII: Raízes da Modernidade*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 96: “O *esse* como ato é intuído na *separatio* judicativa, o *ens commune* como *noção* é fruto da abstração.” Com isso H. Vaz concebe o *esse* num sentido diverso daquele proposto por Wippel, na medida em que Vaz lê a *separatio* a partir de J. Maréchal e É. Gilson. Segundo nossa compreensão o *esse*, no sentido de Wippel, ainda estaria, para Vaz, circunscrito à *representação*.

<sup>22</sup> C. A. R. NASCIMENTO, o.c., p. 33-34.

<sup>23</sup> J. F. WIPPEL *The Metaphysical Thought of Thomas Aquinas: From Finite Being to Uncreated Being*, Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2000, p. 40.



O acesso às naturezas imateriais ocorre por um conhecimento indireto (negativo), através dos efeitos, por ultrapassagem ou remoção das imperfeições dos entes materiais. *O sujeito da metafísica é o ente enquanto ente, não Deus, embora Deus seja tratado como causa última do ser do ente finito.* Com efeito, a *ratio entis* é acessível por um juízo negativo. O termo “negativo”, aqui, diz respeito à negação de que a noção (*ratio*) de ente comporte a matéria e o movimento.

Não temos, para Tomás de Aquino, acesso direto ao “em si” das coisas, isto é, uma apreensão direta da quiddidade enquanto fundamento ontológico.

O cerne da questão que tem nos ocupado consiste em saber exatamente qual o papel desse juízo negativo para a descoberta do sujeito da Metafísica. Por isso, o tema da abstração deslocou-se para o tema do juízo sobre o ser enquanto juízo negativo. Entretanto, acerca da determinação do sujeito da metafísica em Tomás de Aquino, o papel que esse juízo exerce é sumamente controverso.

Dentre as interpretações que recusam à *separatio* uma função determinante na descoberta do sujeito da Metafísica está a de Jan A. Aertsen. Examinaremos brevemente, a seguir, os argumentos de Aertsen a partir de sua análise do Prólogo do Comentário de Tomás à Metafísica de Aristóteles. Naturalmente, nossa intenção com esse excursus limita-se apenas ao que respeita ao tópico da *separatio*, aberta pelo artigo de Geiger.

## **2. *Separatio* e o prólogo do Comentário à Metafísica de Aristóteles**

Além do *Sobre o Tratado da Trindade* de Boécio, Tomás aborda o tema do sujeito da Metafísica noutro texto: o prólogo ao seu Comentário da Metafísica de Aristóteles.

Um elemento comum a esses dois textos, destacado por J. Aertsen, é a idéia de uma ciência primeira e última, que tem por finalidade a perfeição do homem. Esta ciência é o bem do homem enquanto homem, de acordo com o dito de Aristóteles, na Metafísica: “Todo homem deseja naturalmente conhecer”.

Esta ciência é a “mais intelectual” das ciências, por tratar daquilo que é mais inteligível, e, neste ponto, fica clara a distinção entre as concepções moderna e medieval: a metafísica trata do que transcende a matéria e o movimento, mas é precisamente nesse processo que ela é direcionada ao que é mais inteligível. É sob essa ótica que, para Aertsen,

a perspectiva “cognitiva” é a mais acentuada no prólogo de Tomás de Aquino<sup>24</sup>.

O que se deve entender por “máximo inteligível”? Há três modos de entender essa expressão: (a) o primeiro modo, segundo Aertsen, encontra-se na ordem da inteligibilidade, isto é, do conhecimento das causas, de acordo com os *Segundos Analíticos* de Aristóteles (I, c.2). O texto básico que possibilita a comparação entre o prólogo e o *In De Trinitate* não é, para Aertsen, o artigo 3º da questão V, mas o artigo 4º dessa mesma questão. Nesta passagem do *In De Trinitate* (q. V, a. 4) Tomás expressa a idéia de uma ciência enquanto conhecimento dos princípios ou causas primeiras, isto é, do “máximo inteligível”; (b) também por “máximo inteligível” podemos conceber algo a partir da comparação entre intelecto e sentidos: os sentidos nos fornecem um conhecimento do particular, enquanto o intelecto compreende o universal, a saber: os princípios mais universais, isto é, “*ens et ea quae consequuntur ens*”; (c) finalmente, um terceiro modo de entender o “máximo inteligível” é aquele que se refere ao próprio conhecimento do intelecto e à sua capacidade de captar o que é maximamente separado da matéria, isto é, “*Deus et intelligentiae*”<sup>25</sup>.

A esses três modos de conceber o “mais inteligível” correspondem as três definições de filosofia primeira, que está na base da metafísica de Aristóteles<sup>26</sup>. Sobre o primeiro modo de conceber, a filosofia primeira é definida como conhecimento das primeiras causas (livro A); sobre o segundo, a filosofia primeira é definida como ciência do ente enquanto ente, entendida em contraste às ciências particulares (livro I); além disso, a ciência do ente enquanto ente é entendida como “teologia”, tratando do que é divino (livro E).

Certamente, como Aristóteles de fato entende essa “filosofia primeira” é questão controversa. Entretanto, de acordo com Aertsen, em que pesem as dificuldades que possam surgir a partir da concepção aristotélica, o elemento mais importante do prólogo de Tomás recai justamente sobre a determinação do sujeito da filosofia primeira.

---

<sup>24</sup> J. A. AERTSEN, *Medieval Philosophy and the Transcendentals: The Case of Thomas Aquinas*. Leiden: E. J. Brill, 1996, p.125 “For Thomas, too, metaphysics is marked by a transcending movement, but this process is directed towards the most intelligible. He explains what the most intelligible is from the operation of the human intellect. Thomas’s “cognitive” approach to metaphysics is, in fact, one of the most remarkable aspects of his prologue.”

<sup>25</sup> J. A. AERTSEN, o. c., p. 125.

<sup>26</sup> J. A. AERTSEN, o. c., p. 126.

Com efeito, o “mais inteligível” não é atribuído a diferentes ciências, mas a uma somente<sup>27</sup>. A mesma ciência que considera as substâncias separadas também considera o ente em geral, o *ens commune*.

Para Aertsen, de modo semelhante ao que já ocorreu no *Sobre o Tratado da Trindade*, a consideração de Tomás de Aquino se baseia em sua teoria da ciência. Trata-se de uma aplicação à metafísica do modelo de *scientia* desenvolvido por Aristóteles, nos *Segundos Analíticos*<sup>28</sup>.

Portanto, Tomás de Aquino recorre à lógica de Aristóteles para dirimir o caráter “aporético” da Filosofia Primeira, cuja unidade não se encontra de modo algum afirmada no próprio Filósofo.

Semelhante à interpretação de Wipfel, para Aertsen o sujeito da Metafísica é o *ens commune*. A teoria da ciência subjacente ao prólogo, assim como no *Sobre o Tratado da Trindade*, exclui a possibilidade de tematização das substâncias imateriais nelas mesmas.

Com efeito, um segundo ponto comum entre o prólogo de Tomás e o *Sobre o Tratado da Trindade*, consiste no fato de não se adotar uma *concepção teológica da metafísica*. A filosofia primeira é concebida como “transcendental”, pois o sujeito desta ciência não é o divino, mas o *ens commune*<sup>29</sup>.

Mas em que sentido, para Aertsen, a concepção tomásica de Metafísica é transcendental? Antes de tudo é preciso diferenciar as concepções de “transcendental”, em sentidos moderno e medieval. A noção medieval de “transcendental” se opõe ao “categorial”, e se refere ao ente em geral e às suas propriedades conversíveis (uno, verdadeiro,

---

<sup>27</sup> J. A. AERTSEN, o. c., p. 126 “The most important element of Thomas’s prologue is his attempt to synthesize Aristotle’s divergent statements about the subject of first philosophy. He argues that the threefold consideration of “the highest intelligibles” should not be attributed to different sciences, but to one.”

<sup>28</sup> J. A. AERTSEN, o. c., p. 127 “Thomas’s consideration is based on the theory of science. He applies the model of *scientia* developed by Aristotle in the *Posterior Analytics* to metaphysics. The structure of every science is that it has a subject-genus and that it considers the causes of its subject. With the help of the logician Aristotle, Thomas invests first philosophy with a unity that it never had in the Philosopher himself.”

<sup>29</sup> J. A. AERTSEN, o. c., p. 127 “The second point in common between Thomas’s prologue and his commentary on Boethius is that he does not adopt the theological conception of metaphysics. His understanding of first philosophy is transcendental. The subject of metaphysics is not the divine, but “being and that which is consequent upon being.””

bom); a noção kantiana de “transcendental” se refere às categorias do entendimento<sup>30</sup>.

Kant parece desconhecer “a filosofia transcendental dos antigos” ao sugerir, em sua Crítica da Razão Pura (B 113), que a tese escolástica: *quodlibet ens est unum, verum, bonum* é tautológica, pois na verdade os “transcendentais” explicitam conceitualmente facetas diversas do que é o ente. Ao contrário das categorias, os transcendentais não se excluem, mas incluem-se uns aos outros. De acordo com Tomás, eles são conversíveis *in subjecto* (p. ex., Suma de Teologia II, q. 109, a. 2 ad 1) e idênticos *secundum rem* (p. ex., Suma de Teologia I, q. 5, a. 1). Assim como não há, em Tomás de Aquino, um tratado específico de Metafísica, não há também um tratado específico para sua doutrina dos transcendentais. Contudo, Aertsen indica três textos onde Tomás trata explicitamente dos transcendentais: *In Sent.*, 8.1.3, e nas questões disputadas *De Veritate*, q.1. a.1, e q. 21. a.1. Em *De Veritate* q.1 a.1 encontra-se a mais completa exposição do pensamento transcendental de Tomás de Aquino<sup>31</sup>. Naturalmente não é o caso aqui de analisarmos, com Aertsen, a concepção tomásica dos transcendentais. É suficiente, para nossos propósitos, apenas observar que o termo “transcendental”, ao se referir à filosofia primeira, é situado num contexto diverso daquele entendido pela filosofia moderna: trata-se de uma referência às “noções primeiras”<sup>32</sup>, objeto de uma *scientia communis*<sup>33</sup>.

Há um terceiro ponto comum entre o *Sobre o Tratado da Trindade* e o prólogo. Ele diz respeito à proposta de “síntese teológica” da filosofia primeira nos termos da “separação”, de acordo com a tríplice aceção de “máximo inteligível” no prólogo:

---

<sup>30</sup> Para uma análise destas distinções ver em H. L. VAZ, *Escritos de Filosofia VII: Raízes da Modernidade*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 111-115.

<sup>31</sup> J. A. AERTSEN, o. c., p. 73: “(...) this text contains Thomas’s most complete account and affords insight into the interests motivating transcendental thought. This article has been called, with some exaggeration, “the most dense and formal text in the whole history of western thought.” Nevertheless *De veritate* 1.1 is unquestionably a “topical” text requiring patient analysis and elucidation.

<sup>32</sup> J. A. AERTSEN, o. c., p. 177-192.

<sup>33</sup> J. A. AERTSEN, o. c., p. 128 “The third point in common between the commentary on Boethius and the prologue is that at the end of the latter text Thomas also proposes the theological synthesis of first philosophy in terms of “separation:” “Although the subject of this science is *ens commune*, the whole science is said to deal with what is separate from matter both in being and in thought.” This separation includes not only God, who can never exist in matter, but also that which can exist without matter, such as being in general.”

“Embora o tema desta ciência seja o ente em geral, diz-se ela no seu todo referente ao que é separado da matéria segundo o ser e a concepção, pois diz-se separado segundo o ser e a concepção não só aquilo que jamais pode ser na matéria, como Deus e as substâncias intelectuais, mas também aquilo que pode ser sem matéria, como o ente em geral. Isto porém não aconteceria se dependesse da matéria quanto ao ser<sup>34</sup>.

Como observa Aertsen, a maioria dos estudiosos modernos é da opinião que a “transmaterialidade” fornece a porta de entrada ao sujeito da metafísica “e a condição para a consideração transcendental da realidade”<sup>35</sup>. Essa visão foi determinada pelo influente artigo de L. B. Geiger de 1947.

Para Aertsen, a “tese separatista” de Geiger implica que o ente não pode ser considerado *qua* ente até que a existência de um Motor Imóvel ou uma substância separada seja provada<sup>36</sup>. *Entretanto, segundo Aertsen, essa visão é estranha à concepção de metafísica em Tomás de Aquino.* O sujeito da Metafísica é o *ens commune* e, portanto, o nosso conhecimento da substância imaterial enquanto causa ou princípio do ente em geral é algo, para Tomás, que somente ocorre ao final do inquérito metafísico, e não como um pressuposto<sup>37</sup>.

A tese de Geiger, com efeito, supõe uma ordem inversa: o conhecimento do transcendente e do ente transmaterial seria condição para a consideração do ente em geral. O acesso a esse transmaterial ocorreria através do juízo negativo, a *separatio*.

Aertsen argumenta que o procedimento adequado para se interpretar o “máximo inteligível” no prólogo não é a *separatio*, como se poderia depreender da análise de Geiger ao *De Trinitate*, q. V, a. 3.

Ao invés, para Aertsen, não a *separatio*, mas o “método de resolução” é usado no prólogo, seguindo o mesmo procedimento já adotado em *Sobre o Tratado da Trindade* q. I, a. 1. O sujeito da metafísica, para Aertsen, não é descoberto pelo juízo negativo destacado por Geiger, mas pelo processo de resolução discutido na questão VI do *Sobre o*

---

<sup>34</sup> TOMÁS DE AQUINO, o. c, p. 77-78.

<sup>35</sup> J. AERTSEN, o. c, p. 128.

<sup>36</sup> J. AERTSEN, o. c, p. 129: “The “separatistic” thesis implies, therefore, that being cannot be considered *qua* being until the existence of an Unmoved Mover or a separate substance is proven.”

<sup>37</sup> Para uma comparação, mantendo basicamente os mesmos argumentos, ver o importante artigo de J. AERTSEN, Was heisst Metaphysik bei Thomas von Aquin? In: *Miscellanea Mediaevalia* 22/1, Berlim/New York, 1994, p. 217-39.

*Tratado da Trindade*<sup>38</sup>. Contudo, não é nossa intenção examinar aqui a alternativa que Aertsen propõe à *separatio*, mas simplesmente sua crítica à “tese separatista” de Geiger, no artigo de 1947.

Aertsen situa, como vimos, sua crítica ao artigo de Geiger no quadro de sua análise do prólogo de Tomás ao Comentário da Metafísica de Aristóteles, embora Geiger mesmo não examine, nesse artigo, as suas implicações no que diz respeito ao prólogo.

Na verdade, ao analisar o ente como o primeiro transcendental, Aertsen interpreta a função do juízo como restrita à simples apreensão, em oposição, portanto, ao “tomismo existencial”<sup>39</sup>. Neste ponto, as interpretações de Aertsen e J. Wippel divergem<sup>40</sup>. A base dessa divergência consiste, precisamente, na função da *separatio* para a descoberta do sujeito da Metafísica, embora ambos concordem que este sujeito seja o *ens commune*. Mas Aertsen e Wippel concordam também noutro ponto: sobre a crítica à tese de Geiger acerca do conhecimento prévio da necessidade do Motor Imóvel na Física como condição de possibilidade para a descoberta do sujeito da Metafísica. Contudo, a negação desse conhecimento prévio não implica necessariamente, negar também a função da *separatio*, embora Aertsen não pretenda argumentar acerca dessa implicação.

Uma vez que, com Wippel, nos posicionamos a favor da *separatio* e de sua relevância para a descoberta do sujeito da Metafísica, resta examinar melhor a razão de não se necessitar, em Tomás de Aquino, pressupor como provada a existência de seres

---

<sup>38</sup> J. A. AERTSEN, 1996, 130: “The interpretation according to which Thomas, in his commentary on Boethius, uses the process of *separatio* instead of the method of *resolutio* he had followed in *De veritate* q. 1 art. 1 is similarly mistaken.”

<sup>39</sup> J. A. AERTSEN, 1996, p. 179-180: “The first is the operation by which the intellect apprehends the quiddity of something, that is, simple apprehension; the other is the operation by which the intellect composes and divides, that is, judgment. Thomas claims that what is first in the first operation of the intellect, being, is the foundation of what is first in its second operation: the principle “it is impossible for a thing to be and not to be at the same time” is dependent on the understanding of being. Here he clearly affirms that the concept of being belongs to simple apprehension. This statement contradicts the contention of “Existential Thomism” that the concept of being is a judgment or proposition.”

<sup>40</sup> J. WIPPEL, o. c., p. 43, n.63: “However, in his *Medieval Philosophy and the Transcendentals*, Aertsen argues, against “Existential Thomism,” that being is grasped at the level of simple apprehension, and that if being signifies “what has being” or “what is,” this does not entail a judgment (pp. 179-80). On this point our interpretations differ.”

imateriais. Isto nos remete a um certo aspecto da crítica de Wippel a Geiger<sup>41</sup>.

Wippel sustenta que, para Tomás de Aquino, o conhecimento das causas ou princípios de uma ciência somente pode ocorrer após a descoberta do sujeito, e não como algo pressuposto, como pretende Geiger<sup>42</sup>.

De fato, segue Wippel, a interpretação de Geiger supõe ser a própria possibilidade da Metafísica dependente da demonstração do Primeiro Motor na Física<sup>43</sup>.

Para Wippel, o artigo de Geiger é uma das mais interessantes defesas da visão segundo a qual a *separatio* é fundamentada no conhecimento prévio de seres imateriais<sup>44</sup>. Essa tese pode ser sumarizada do seguinte modo: a existência da Metafísica ou da ciência que estuda o *ens commune* supõe (a) o apelo de Tomás de Aquino à demonstração da existência do ente imóvel na Física e (b) a identificação da ciência do *ens commune* com a ciência que estuda o Ser Primeiro<sup>45</sup>.

---

<sup>41</sup> J. WIPPEL, *Metaphysical Themes in Thomas Aquinas*. Washington D.C: The Catholic University of America Press, 1984, p. 82-104.

<sup>42</sup> GEIGER, o. c., p. 24: "Mais si l'on ne veut pas de l'abstraction, si la *separatio* est un jugement qui se prononce sur l'immatérialité de l'être *in rerum natura*, il faut à ce jugement des garanties objectives. Pour que l'intelligence puisse le prononcer entoute vérité scientifique, faut-il donc qu'elle sache qu'il existe des êtres immatériels avant de commencer la métaphysique? Sans aucun doute."

<sup>43</sup> J. WIPPEL, o. c., p. 82: "If the above has been an accurate interpretation of Thomas's mind with respect to *separatio*, a second historical problem remains to be examined. According to Aquinas, what does *separatio* presuppose? For one to judge that being, in order to be such, need not be material or changing, must one already know that positively immaterial being exists? Must one presuppose the existence of some entity such as the First Mover of the *Physics* or a spiritual soul? The majority of contemporary scholars who have studied thomas's views on *separatio* have concluded that such is his view. According to many, Thomas grounds *separatio*, and therefore the very possibility of metaphysics, on the demonstration of the First Mover of the *Physics* (or according to some, on the demonstration of the existence of a spiritual soul)."

<sup>44</sup> J. WIPPEL, o. c., p. 83: "One of the most interesting defenses of the view that *separatio* must be grounded on prior knowledge of the existence of immaterial being is found in Geiger's article."

<sup>45</sup> J. WIPPEL, *The Metaphysical Thought of Thomas Aquinas. From Finite Being to Uncreates Being*. Washington: The Catholic University of America Press, 2000, p. 56: "From this text one might conclude with Geiger that Thomas justifies separation by appealing to the fact that immobile being exists. The existence of metaphysics or the science which studies *ens commune* seems to rest on (I) Thomas's appeal to the demonstration of the existence of

Mas, para Wippel, se o conhecimento de seres separados fosse um pressuposto para se descobrir o ente enquanto ente, então deveríamos levantar a seguinte pergunta: por que o ser separado não é o próprio sujeito dessa ciência? Contudo, pelo que já foi visto, Tomás de Aquino refuta essa concepção do sujeito da Metafísica. Na verdade, Wippel sugere que os textos que Geiger apresenta em seu artigo<sup>46</sup>, a partir do comentário à Metafísica (I e IV), não dizem respeito à posição pessoal de Tomás de Aquino, mas apenas à sua interpretação do texto de Aristóteles<sup>47</sup>.

### 3. Juízo de existência e Metafísica

Uma vez reconhecido o conceito metafísico de *ens commune* como sujeito da Metafísica, resta ainda examinar brevemente um importante aspecto do problema: a noção de ente é concebida de forma independente da efetuação de juízos existenciais?

Se, como pretende Wippel, *ser* for tomado como atualidade, tal não seria negar uma significativa interpretação da filosofia de Tomás de Aquino dita “existencial”<sup>48</sup>? Com efeito, a noção de ser (*esse*) e não

---

immobile being in the *Physics* and (2) his identification of the science which studies *ens commune* with the science which studies the First Being.”

<sup>46</sup> GEIGER, o. c., p. 25: “Si l’on en juge d’après ces deux textes, le jugement négatif, qui fonde l’immatérialité de l’objet de la métaphysique, tire sa valeur objective de la démonstration de l’existence des êtres immatériels par où s’achève la philosophie de la nature: premier moteur immobile au huitième livre de la *Physique*, âme humaine avec l’intellect agent et l’intellect possible au *Traité de l’âme*. Rien de plus normal d’ailleurs, s’il est vrai que la métaphysique doit s’enseigner après la physique, comme S. Thomas l’affirme explicitement à plusieurs reprises.”

<sup>47</sup> J. WIPPEL, o. c., p.57: “If prior knowledge of separate entity is presupposed for us to discover being as being, the subject of metaphysics, then why not make separate entity itself the subject of this science? This, of course, Thomas has refused to do. Given these considerations, therefore, it seems to me that in this part of his Commentary we have Thomas’s explanation of Aristotle’s text but not Thomas’s personal view concerning the conditions of possibility for the judgment of separation or for the discovery of being as being.”

<sup>48</sup> O ser enquanto *actus essendi* tem, de fato, uma importância fundamental na interpretação de certos discípulos de Tomás de Aquino. Essa perspectiva encontra em É. Gilson seu representante mais conhecido. Antes de tudo, não parece ser verdade que Gilson tenha tomado como prioritária a “simples apreensão” contra o juízo (como parece sugerir G. PROUVOST, *Thomas d’Aquin et les thomismes*, Paris: Éditions du Cerf, 1996, p.116), no que se refere à distinção entre as duas operações do intelecto para a descoberta do sujeito da metafísica em Tomás de Aquino (esta é, como vimos, a posição de Aertsen), embora Gilson tenha realmente minimizado o papel de *In Boethium de Trinitate*, q. V, a. 3 no processo desta descoberta. Ver a explícita referência a esta passagem em *Being and Some Philosophers*, 2 ed.



a noção de ente seria a noção mais importante, segundo essa interpretação: “a atualidade de todos os atos e, por causa disso, a perfeição de todas as perfeições” (*De Potentia*, q. 7, a. 2, ad. 9). Portanto, *ser* não significaria somente atualidade, mas *aquilo pelo qual algo é* (*Suma contra os gentios*, II, 54).

Wippel naturalmente não desconhece essa interpretação. Mas como, então, seria ainda possível afirmar que o ente é o primeiro objeto da apreensão quiddiativa (*De Veritate*, q. 1, a. 1.)? Dizer que o ente é o primeiro objeto apreendido pelo intelecto significa que tudo pode ser analisado ou decomposto na noção de ente. A afirmação judicativa é sempre feita, portanto, de uma *entidade* determinada. Com isso, essa clássica passagem de *De Potentia* pode ser compatibilizada à concepção de que juízos existenciais afirmam, antes de tudo, a atualidade de algo<sup>49</sup>. Em consequência, “*separatio*” como juízo predicativo negativo trabalharia com a noção de ser como existência atual.

Entretanto, deste modo, Wippel não teria, na verdade, deixado escapar o significado metafísico da noção de ser?<sup>50</sup>

---

Toronto, 1952, p. 203-204: “ Thus, abstract knowledge bears upon essence, but judgment bears upon existence: “*Prima quidem operatio respicit ipsam naturam rei ... secunda operatio respicit ipsum esse rei*”. But both operations are equally required for knowledge, which always is a cognition of actual being. Fundamental as it is, the distinction between abstract knowledge and judgment should therefore never be conceived as a separation. Abstraction and judgment are never separated in the mind, because essence and existence are never separated in reality.” Ver, igualmente, em *L’Être et L’Essence*, 2 ed. Paris: J. Vrin, 1962, p. 291: “Ainsi, la connaissance abstraite porte sur l’essence seule, mais le jugement porte sur l’existence, c’est-à-dire sur la réalité”. Além disso, ver também, p. 122-123: “C’est pourquoi le jugement seul, qui dit ce qui est et ce qui n’est pas, atteint finalement la vérité des choses. Il atteint leur vérité parce que, dans et par les essences, il atteint les actes d’exister. On comprend par là comment, dans la doctrine de saint Thomas, la vérité du jugement se fonde moins sur l’essence des choses que sur leur esse. L’adéquation de l’intellect et de la chose, en quoi la vérité consiste, trouve son expression complète dans l’opération d’un intellect qui, dépassant la simple appréhension de la quiddité d’un être, atteint l’acte qui la cause, parce qu’il l’est.” Para uma análise sintética da noção de ser em Gilson, ver P. AUBENQUE, “Etienne Gilson et la Question de l’Être”. In: *Etienne Gilson et Nous: La Philosophie et son Histoire*, Paris: J. Vrin, 1980, p. 79-92. Ver também as considerações de E. BRAUN, “Peut-on parler d’ “existencialisme” thomiste? Le problème de l’esse chez Saint Thomas”. *Archives de Philosophie*. Paris: v. 22, p. 217, n. 17, 1959.

<sup>49</sup> J. WIPPEL, *The Metaphysical Thought of Thomas Aquinas. From Finite Being to Uncreated Being*. Washington: The Catholic University of America Press, 2000, p. 33, n. 34.

<sup>50</sup> Uma análise crítica da interpretação de Wippel encontra-se em R. LANDIM FILHO, “Abstração e Juízo: observações sobre a noção de ente e de ser em Tomás de Aquino”. In: Fátima Évora, Paulo Faria, Andréa Loparic, Luiz Henrique L. dos Santos, Marco Zingano

Não a partir dos pressupostos da própria leitura que Wippel faz do texto de Tomás de Aquino. Com efeito, é preciso considerar adequadamente a presença intrínseca do ato de ser (*actus essendi*) nas coisas: o *esse* não pode simplesmente ser reduzido à quiddidade ou à essência.<sup>51</sup> Deste modo, invocar *De Potentia* (q. 7, a. 2, ad 9) não seria refutar a argumentação de Wippel como sendo, ainda, tributária à noção essencialista de ser em Aristóteles<sup>52</sup>, pois: (1) através do juízo

---

(Org.). *Lógica e Ontologia*. 1 ed. São Paulo: Discurso Editorial, 2004, v., p. 206-207. O Prof. Landim Filho sugere uma possível integração da perspectiva de Wippel, sobre a afirmação judicativa, à abordagem feita por J. MARÉCHAL, em *Le Point de Depart de la Métaphysique. Le Tomisme devant la Philosophie Critique*. 2 ed. Paris: Desclée, 1949, v. V, p. 260-79. Neste ponto, Landim Filho interpreta o “ato de todos os atos” sob a perspectiva de Maréchal (embora prescindindo da roupagem da “filosofia da consciência”), integrando a noção de ser de Wippel nessa direção, na medida em que o ente poderia ser assumido como *representado* no juízo. Com efeito, para Maréchal, o ser é afirmado, implicitamente, em cada ato judicativo. O interesse de Landim Filho, na verdade, concentra-se na dimensão semântica sobre o tópico do juízo e da predicação em Maréchal, de acordo com o instrumental lógico da filosofia analítica contemporânea. Ver também LANDIM FILHO, *Predicação e Juízo em Tomás de Aquino*. Kriterion, Belo Horizonte, v. XLVII, 2006, p. 27-49.

<sup>51</sup> Cf. J. WIPPEL, o. c., p. 32.

<sup>52</sup> Uma leitura de *In De Trinitate*, V, a. 3 que procura conciliar elementos importantes das interpretações de Gilson e Marechal, e que poderia ser considerada alternativa à proposta de Wippel encontra-se em H. L. VAZ, “Tomás de Aquino: do ser ao Absoluto”. In: *Escritos de Filosofia III: Filosofia e Cultura*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 255-342. De modo particular, para a exegese do Comentário de Tomás à Metafísica de Aristóteles em comparação ao Tratado da Trindade, ver p. 318-319: “No seu Comentário à *Metafísica*, fiel à letra do texto, Tomás de Aquino não vai além da ontologia aristotélica da substância. Com efeito, ao tratar da divisão das ciências teóricas em VI (*epsilon*), 1, o comentador não faz nenhuma alusão nem ao ato de existir (*esse*) nem ao ato judicativo no seu exercício metafísico (*separatio*). É preciso recorrer às questões V e VI do Comentário ao *De Trinitate* de Boécio, para encontrar uma das expressões mais acabadas da concepção tomásica da natureza e divisão das ciências teóricas (qu. V e do seu exercício, qu. VI). Ao comentar o tratado teológico boeciano, Tomás de Aquino move-se em território cristão e pode, assim, fazer avançar as fronteiras da metafísica até a afirmação da inteligibilidade intrínseca do ato de existir, que transluz no conceito de *criação* e da *revelação* do Absoluto como puro existir: *Ego sum qui sum*. Essa a contribuição decisiva do Comentário a Boécio. Os artigos 2 a 4 da questão V se apresentam aqui como os textos centrais.”. Para H. Vaz, a determinação do *subiectum* (objeto) da metafísica é articulada “dialecticamente” à leitura maréchaliana dos textos tomásicos, o que destacaria mais nitidamente a diferença entre as metafísicas de Aristóteles e Tomás de Aquino, p. 319-320: “A originalidade de Tomás de Aquino, como reconhece a maioria dos comentadores, reside nessa intuição genial pela qual o objeto próprio da metafísica não se situa ao termo de um processo abstrativo da inteligência como noção universalíssima do *ser* (*ens generalissimum ut nomen*), mas transluz na intencionalidade dinâmica do ato judicativo como identidade dialética entre a *forma* do juízo (*est*) e o ato ou perfeição suprema (existir, *esse*). O Aquinatense articula, desta sorte, a determinação do objeto da metafísica ao movimento dialético de refutação do cético absoluto pelo argumento de *retorsão* em *Met. IV (gamma)*, 3 que, como acima vimos, nos permite o primeiro passo no

negativo, apreendemos o *esse* distinto da essência, isto é, descobrimos o *esse* através da tematização do ente enquanto ente; (2) a composição e a distinção entre essência e *esse* (ato de ser) ocorre nos entes finitos, que são ou existem na medida em que *participam* em Deus. Wippel não teria, portanto, dificuldade em situar esse texto de Tomás de Aquino no âmbito da descoberta do sujeito da Metafísica<sup>53</sup>.

Um outro argumento, no entanto, poderia ser lançado contra Wippel.

---

terreno da metafísica. Esse terreno se abre justamente para nós ao descobrirmos a estrutura metafísica do juízo. É nele que se desdobra o caminho que leva da *representação* ao *ser*, e tem lugar a descoberta pela inteligência humana, muito mais importante do que qualquer “revolução copernicana”, daquela que Gilson denominou a *ultima Thule* do pensamento metafísico: a inteligibilidade irradiante do *ato de existir*. A referência a *De Potentia* q. 7, a. 2, ad 9 encontra-se em p.320, n. 97. Para uma vinculação entre a afirmação judicativa e o *esse*, ver p. 324-325, particularmente nota 116.

<sup>53</sup> Certamente, se considerarmos a ênfase sobre a noção de ser sob a perspectiva “existencial” – para restringirmos nossa atenção apenas a este “tomismo”-, então poderemos obter uma concepção diversa sobre a estrutura do pensamento metafísico de Tomás de Aquino. Acontece que, para Wippel, a interpretação de um Gilson esbarra em sérias dificuldades. “J. Wippel está convencido de que a concepção gilsoniana sobre a metafísica de Tomás de Aquino é criticável pelo menos por duas razões: (a) embora Tomás de Aquino nunca tenha produzido uma *Summa philosophiae* ou uma *Summa metaphysicae*, permanece o fato de que há uma metafísica em seus escritos, inclusive como condição necessária para sua teologia especulativa; (b) além disso, há uma exposição consideravelmente *detalhada* da distinção entre filosofia e teologia em seus escritos. Para Wippel, Gilson tende a minimizar a importância, entre os escritos tomásicos, dos comentários filosóficos, ao lado dos pequenos escritos filosóficos, na consideração da metafísica de Tomás de Aquino. Na verdade, segundo Wippel, para Gilson os opúsculos filosóficos não são fontes significativas para o pensamento metafísico de Tomás de Aquino, e os comentários a Aristóteles são apenas exercícios feitos por Tomás, enquanto comentador ou expositor, e não como filósofo original (WIPPEL, o.c., p. xvii-xix). As críticas de Wippel a Gilson podem ser situadas na esteira das dificuldades, por outros já assinaladas, acerca da possibilidade de uma “filosofia cristã” em Tomás de Aquino. Para Wippel, baseando-se parcialmente em uma distinção proposta por Anton Pegis (*The Middle Ages and Philosophy*, Chicago, 1963, p. 71), se considerarmos o caráter cristão da filosofia de Tomás de Aquino deveremos distinguir entre “moment of discovery” e o “moment of proof”. Embora exista a influência da Revelação enquanto “moment of discovery”, a filosofia não é “cristã” enquanto “moment of proof”. Daí a crítica de Wippel a Gilson acerca da interpretação histórica e exposição da filosofia de Tomás de Aquino: (a) Gilson insiste em conceber a metafísica tomásica principalmente se não exclusivamente a partir de seus escritos teológicos; (b) também ele insiste em apresentar a filosofia de Aquino a partir da ordem teológica” Ver J.WIPPEL, o.c., p. 22-33. Para uma crítica à noção de “filosofia cristã”, no sentido proposto por Gilson, ver também J. AERTSEN, *Medieval Philosophy and the Transcendentals: The Case of Thomas Aquinas*. Leiden: E. J. Brill, 1996, p. 3-10.

Wippel parece minimizar um aspecto importante do que Tomás de Aquino desenvolve, em seus escritos teológicos, acerca do sujeito da Metafísica. Na *Suma contra os Gentios* (III, 25), Tomás concebe a Filosofia Primeira ou Ciência Divina segundo seu fim último, isto é, o conhecimento de Deus. Gilson se refere a essa passagem para justificar sua concepção de que o verdadeiro objeto/sujeito<sup>54</sup> da Metafísica é Deus. Em última instância, portanto, Metafísica seria *Teologia Filosófica*. Mas esta determinação, para Gilson, não significaria contradizer a concepção de que a metafísica trata do ente enquanto ente ou das primeiras causas, já que o princípio primeiro do ente é justamente Deus. O que ocorre é o seguinte: quando Tomás de Aquino fala em seu próprio nome deixa de lado a consideração do ente enquanto ente e define a Metafísica do ponto de vista de seu objeto supremo, isto é, Deus<sup>55</sup>.

Wippel, de sua parte, pode argumentar que esse texto da *Suma contra Gentios* não invalida sua argumentação anterior, já que Deus, não sendo sujeito da Metafísica, nem por isso deixa de ser causa primeira, indiretamente conhecida. Mas esta resposta, para Gilson, estaria também longe de se mostrar inteiramente satisfatória: ela parece deixar de lado aquilo que Prouvost chamou de “filosofia com pressuposição” sobre a relação entre Filosofia e Teologia em Tomás de Aquino<sup>56</sup>.

De acordo com essa perspectiva, poderíamos nos perguntar sobre se Wippel não estaria, sob um viés moderno, isolando esferas “formalmente distintas”, mas não separáveis, e privilegiando uma leitura “formalista” da Metafísica de Tomás de Aquino. Com efeito, a distinção entre “momento da descoberta” e “momento da prova” seria suficiente? A afirmação judicativa foi, de fato, diferenciada, frente à abstração da primeira operação do intelecto?

É preciso reconhecer, antes de dar razão às objeções, que a leitura feita por Wippel sobre a metafísica de Tomás não desconsidera o importante tópico sobre a existência de Deus, examinando a

---

<sup>54</sup> Como se sabe, a palavra “objeto” será usada, em textos filosóficos, somente a partir do século XIII. Ver L. DEWAN, “ ‘Objectum’. Notes on the invention of a Word”. *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge*. Paris: v. 48, p. 37-96, 1981.

<sup>55</sup> É. GILSON, *Le Thomisme: Introduction à la philosophie de Sait Thomas d'Aquin*. Paris: J. Vrin, 6 éd., 1997, p. 24-25.

<sup>56</sup> G. PROUVOST, *Thomas d'Aquin et les thomismes*, Paris: Éditions du Cerf, 1996, p. 51.

*passagem do ser finito ao Ser incriado*<sup>57</sup>. Nós não temos nesta vida, de fato, um conhecimento quididativo de Deus, embora Deus não seja excluído – enquanto causa última dos entes finitos – do pensamento metafísico de Tomás de Aquino. Wippel não está, portanto, excluindo a teologia filosófica como coroamento do discurso metafísico, mas disso não decorre aceitar a concepção que Gilson mantém de “filosofia cristã”.

## Conclusão

O sujeito da Metafísica é o ente enquanto ente. Essa formulação é bastante clara em Tomás de Aquino, seja na própria exposição de *Sobre o Tratado da Trindade*, seja no prólogo ao Comentário à Metafísica de Aristóteles. Mas como descobrimos esse sujeito?

Com Wippel acompanhamos a função do juízo negativo, de acordo com o que Tomás de Aquino entendia por segunda operação, distinta da simples apreensão. A esse juízo predicativo negativo dá-se o nome de *separatio*.

O ponto de partida da Metafísica é, portanto, a afirmação do esse que ocorre no juízo. Essa formulação parece possibilitar um maior entendimento sobre o ente enquanto ente como sujeito da metafísica. A crítica que J. Aertsen apresenta à tese “separatista” de Geiger parece não atingir a interpretação de Wippel, uma vez examinadas as críticas que o próprio Wippel lança a Geiger. Aertsen, com efeito, parece não distinguir dois aspectos diferenciados por Wippel: (a) a pressuposição da existência de um Motor Imóvel - que Wippel nega; (b) a metafísica enquanto ciência do *ens commune*<sup>58</sup> – que Wippel aceita. Não há, em Tomás, a pressuposição do Motor Imóvel, mas disso não decorre que a noção de *separatio* não desempenhe um papel fundamental –enquanto afirmação judicativa- na descoberta do sujeito da Metafísica.

Uma interpretação de *Sobre o Tratado da Trindade* (q. V, a. 3) no sentido de conceber a *separatio* judicativa enquanto *posição do ser*

---

<sup>57</sup> J. WIPPEL *The Metaphysical Thought of Thomas Aquinas: From Finite Being to Uncreated Being*, Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2000, p. 377.

<sup>58</sup> Para Karl Rahner, a Metafísica tematiza Deus apenas enquanto fundamento (*principium*) de seu sujeito, isto é, o *ens commune*. Ver K. RAHNER, *Geist in Welt: Zur Metaphysik der Endlichen Erkenntnis bei Thomas von Aquin*. München: Verlag, 3. Auflage, 1964, p. 388.

parece conduzir a uma concepção de Metafísica por um viés diferente daquele encontrado por um processo abstrativo<sup>59</sup>. De fato, na *separatio*, enquanto juízo negativo, o ser é descoberto pela afirmação de algo existente. Se é assim, então, mesmo concebendo-se o ente enquanto ente como sujeito da metafísica, como pretende Wippel, devemos tomar como questão suprema desta ciência não *o que é*, mas *aquilo pelo qual o ente é*. Não nos parece, porém, que Wippel tenha desdenhado inteiramente este sentido complementar, embora sua abordagem, neste aspecto, não seja isenta de dificuldades.

*\*Prof. Luis Carlos Silva de Sousa*

Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica-SP

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará-UFC

Professor do ITEP.

---

<sup>59</sup> Sobre a primazia dada à pergunta em K. Rahner, em contraposição ao juízo em Maréchal, ver M. A. de OLIVEIRA, *Filosofia Transcendental e Religião: Ensaio sobre a Filosofia da Religião em Karl Rahner*. São Paulo:Loyola, 1984.